



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1996.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB** – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Cafeto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens :

Curitiba, em 07.06.96.

Senhor Presidente.

Terho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender ao repasse de recursos aos municípios para instalação de complexos industriais.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIMÉ LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJEITO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a
proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I			FL. 01	
I DA DESPESA ANEXO					RS 1.00	
I	I	INATUREZA	I	IL		IN.DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTID	VALOR		I PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP I
I 1900	I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I	I I I		I I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I	I I		I I
I	I	I	I	I I		I I
I 1901	I PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I	I I		I l
I	I MULTISETORIAIS	I	I	I I		I I
I 2040	I DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE	I	I	I I		I I
I	I CARATER ESPECIAL	I	4130.99	101 IL	15.000.000	I 0896 I
		TOTAL	I		15.000.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	I
I DA DESPESA		ANEXO				RS 1,00	I
I		I		INATUREZA		IL I	IN. DOI
I CODIGO		ESPECIFICACAO		I DA		IFTIDI	IPROCI
I		I		I DESPESA		I IRI	ICOP I
I 1900		I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -		I		I I I	I I
I		I RECURSOS GOB SUPERVISAO DA SEPL		I		I I I	I I
I		I		I		I I I	I I
I 1901		I PROGRAMACOES ESPECIAIS. REGIONAIS		I		I I I	I I
I		I IE MULTISETORIAIS		I		I I I	I I
I 2999		I RESERVA DE CONTINGENCIA		I 4130.99		I 01 I I I	15.000.000 10896 I
				T O T A L		I	15.000.000 I

A Diretoria Legislativa.

Governador do Estado

MENSAGEM N° 055/96

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, em 07.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), ao vigente orçamento da Coordenação da Região Metropolitana - COMEC, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender o Programa de Saneamento Ambiental - PROSAM/BIRD.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O		I I		FL. 01	I
I DA DESPESA		ANEXO				RS 1,00	I
I		I		INATUREZA		IL I	IN. DOI
I CODIGO		ESPECIFICACAO		I DA		IFTIDI	IPROCI
I		I		I DESPESA		I IRI	ICOP I
I 1700		I SECRETARIA DE ESTADO DO		I		I I I	I I
I		I PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL		I		I I I	I I
I		I		I		I I I	I I
I 1702		I GABINETE DO SECRETARIO -		I		I I I	I I
I		I ENTIDADES VINCULADAS		I		I I I	I I
I 1009		I PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL		I		I I I	I I
I		I PROSAM/BIRD - COMEC		I 4311.01		I 00 I I I	14.000.000 10902 I
				T O T A L		I	14.000.000 I

A Diretoria Legislativa.

I CANCELAMENTO I DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I		FL. 01 RS 1.00		I
I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
I	I	I	I	I	I	ICOP I
I 1900	I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I	I I I		I I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA CEPL	I	I	I I I		I I
I	I	I	I	I I I		I I
I 1901	I PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I	I I I		I I
I	I E MULTISSETORIAIS	I	I	I I I		I I
I 2999	I RESERVA DE CONTINGENCIA	I	4130.99	I 01 I I I	14.000.000	I 0902 I
		T O T A L		I	14.000.000	I

I SUPLEMENTACAO I DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I I		FL. 02 RS 1.00		I
I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
I	I	I	I	I	I	ICOP I
I 1800	I SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I I		I I
I	I PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL	I	I	I I I		I I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I I
I	I	I	I	I I I		I I
I 1814	I COORDENACAO DA REGIAO	I	I	I I I		I I
I	I METROPOLITANA DE CURITIBA - COMECI	I	I	I I I		I I
I 1015	I PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL	I	I	I I I		I I
I	I- PROSAM/BIRD - COMEC	I	4130.99	I 00 I I I	14.000.000	I 0902 I
		T O T A L		I	14.000.000	I

I ACRESCIMO I RECEITA CENT ANEXO		A N E X O I V		FL. 03 RS 1.00		I
I	I	I	I	I	I	I
I CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI
I	I	I	I	I	I	I
I 1113.02.00	I IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00	I	14.000.000	I 0902 I
I	I CIRC.MERC. S/PRESTACAO DE SERV.DE	I	I	I		I I
I	I TRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I	I	I		I I
I	I COMUNICACAO	I	I	I		I I
		T O T A L		I	14.000.000	I

I REDUCAO I RECEITA CENT ANEXO		A N E X O V		FL. 03 RS 1.00		I
I	I	I	I	I	I	I
I CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI
I	I	I	I	I	I	I
I 1721.01.01	I COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	I	01	I	14.000.000	I 0902 I
I	I DOS ESTADOS E DO DISTRITO	I	I	I		I I
I	I FEDERAL	I	I	I		I I
		T O T A L		I	14.000.000	I

I ACRESCIMO		A N E X O V I		FL. 04	
I DA RECEITA		ANEXO		RS 1,00	
I CODIGO		ESPECIFICACAO		I FT I	VALOR
I		ISECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	EI	I	I
I		ICOORDENACAO GERAL - ENTIDADES	I	I	I
I		IVINCULADAS	I	I	I
I		I	I	I	I
I		ICOORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE	I	I	I
I		ICURITIBA - COMEC	I	I	I
I2412.49.00		IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I 00 I		14.000.000 I 0902 I
		T O T A L		I	14.000.000 I

MENSAGEM N° 056/96

Curitiba, 07 de junho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.450.642,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando dar cobertura orçamentária às obras do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural/BIRD - DER.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LEFNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28.12.95, no valor de R\$ 2.450.642,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexos IX e X desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
I CODIGO		ESPECIFICACAO		I DA IFTIDI	VALOR
I		INATUREZA	ILI		IN.DOI
I		IDESPESA	I IRI		IPROCI
I					ICOP I
I 5900		ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I	I
I		ITRANSPORTES	I	I I I	I
I		I	I	I I I	I
I 5902		IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I	I
I		IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I	I
I 1171		I PROGRAMA PARANA RURAL/BIRD - DER	I 4311.01 I 00 I I		2.450.642 I 0853 I
		T O T A L		I	2.450.642 I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00		I
I	I	INATUREZA	ILI	IN.DOI		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP	I
1 5900	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I	I
I	ITRANSPORTES	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
1 5902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
I 2570	IPROGRAMACAO A CARGO DO DER	I 4311.01	I25ILI	2.450.642	I0853	I
		T O T A L		I	2.450.642	I

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I		FL. 02		I
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00		I
I	I	INATUREZA	ILI	IN.DOI		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP	I
1 6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I	I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
1 6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I	I
I	IRODAGEM - DER	I	I I I		I	I
I 1179	IADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	I	I I I		I	I
I	I- PARANA RURAL/BIRD - DER	I 4110.00	I00ILI	2.450.642	I0853	I
		T O T A L		I	2.450.642	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I V		FL. 02		I
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00		I
I	I	INATUREZA	ILI	IN.DOI		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP	I
1 6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I	I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
1 608	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I	I
I	IRODAGEM - DER	I	I I I		I	I
I 1180	ICONSTRUCAO DE RODOVIAS	I 4110.00	I25ILI	2.450.642	I0853	I
		T O T A L		I	2.450.642	I

ACRESCIMO		ANEXO V		FL. 03	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
11113.02.00	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	00	2.450.642	108531	
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE				
	ITRANSF.INTEREST.E INTERMUN. E DE				
	ICOMUNICACAO				
TOTAL			2.450.642		

REDUCAO		ANEXO VI		FL. 03	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
12211.09.00	IVENDA DE OUTRAS ACOES	25	2.450.642	108531	
TOTAL			2.450.642		

ACRESCIMO		ANEXO VII		FL. 04	
DA RECEITA ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	-I			
	IENTIDADES VINCULADAS	I			
	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	-I			
	IDER	I			
112.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00	2.450.642	108531	
TOTAL			2.450.642		

b m

REDUCAO		ANEXO VIII		FL. 04	
DA RECEITA ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	-I			
	IENTIDADES VINCULADAS	I			
	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	-I			
	IDER	I			
2412.25.09	IRECURSOS DE TRANSFERENCIAS DA VENDA DE	25	2.450.642	108531	
	I OUTRAS ACOES	I			
TOTAL			2.450.642		

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS		ANEXO IX		FL. 05 RS 1.00			
ANEXO							
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI
6000	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES -	I	I	I		I
	I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I
6085	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	I	I	I		I
	I	IDER	I	I	I		I
1179	I	IADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS -	I	I	I		I
	I	IPARANA RURAL/BIRD - DER	I	I	I		I
0102	I	ITRECHOS A SEREM DEFINIDOS	I	T	I	1.753.922	10853I
0118	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I	T	I	209.654	10853I
	I	IMICRO-BACIA ARIRANHA	I	I	I		I
0119	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I	T	I	74.106	10853I
	I	IMICRO-BACIA AGUA DOS ALVES/RIB.	I	I	I		I
	I	IINTERVENTOR	I	I	I		I
0120	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I	T	I	242.182	10853I
	I	IMICRO-BACIA CRISCIUMA	I	I	I		I
0121	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I	T	I	65.319	10853I
	I	IMICRO-BACIA CRUZEIRO	I	I	I		I
0122	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I	T	I	105.459	10853I
	I	IMICRO-BACIA FILOMENA	I	I	I		I
TOTAL			I	T	I	2.450.642	10853I
			I	O	I		01

CANCELAMENTO DAS OBRAS		ANEXO X		FL. 05 RS 1.00			
ANEXO							
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI
6000	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES -	I	I	I		I
	I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I
6085	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	I	I	I		I
	I	IDER	I	I	I		I
1180	I	ICONSTRUCAO DE RODOVIAS	I	I	I		I
0119	I	ICONSTRUIR TRECHO DA PR 446 LIGANDO	I	T	I	555.900	10853I
	I	IPORTO VITORIA A BITURUNA - LOTES	I	I	I		I
	I	IO1, 02, 03 E 04	I	I	I		I
014	I	ICONSTRUIR A LIGACAO ENTRE CHOPINZINHO	I	I	I	1.615.390	10853I
	I	ICORONEL VIVIDA	I	I	I		I
0167	I	IPAVIMENTAR O TRECHO ENTRE DIAMANTE DO	I	I	I	279.362	10853I
	I	IOESTE SAO JOSE DAS PALMLIRAS	I	I	I		I
TOTAL			I	T	I	2.450.642	10853I
			I	O	I		01

MENSAGEM Nº 057/96

Curitiba, 07 de junho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.739.170,00 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando dar cobertura orçamentária às obras do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural/HIRD - DER.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 2.739.170,00 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexos IX e X desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I	DA IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
1.5900	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
I	ITRANSPORTES	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
1.5902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1.1171	IPROGRAMA PARANA RURAL/BIRD - DER	I 4311.01	I00ILI	2.739.170	I0854I
TOTAL				2.739.170	I

CANCELAMENTO		ANEXO I I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I	DA IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
1.5900	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
I	ITRANSPORTES	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
1.5901	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1.1171	IPROGRAMA PARANA RURAL/BIRD - DER	I 4311.01	I01ILI	1.517.280	I0854I
I	I	I 4311.01	I25ILI	1.221.890	I0854I
TOTAL				2.739.170	I

SUPLEMENTACAO		ANEXO III		FL. 02		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I DA	IFTIDI				
I	I	IDESPESA	IRI				
6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	1	1 1 1		1	1	
	ITRANSPORTES - ENTIDADES	1	1 1 1		1	1	
	IVINCULADAS	1	1 1 1		1	1	
	I	1	1 1 1		1	1	
6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	1	1 1 1		1	1	
	IRODAGEM - DER	1	1 1 1		1	1	
1179	IADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	1	1 1 1		1	1	
	1- PARANA RURAL/BIRD - DER	1 4110.00100	111	2.739.170	108541		
		TOTAL		2.739.170	1		

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL. 02		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I DA	IFTIDI				
I	I	IDESPESA	IRI				
6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	1	1 1 1		1	1	
	ITRANSPORTES - ENTIDADES	1	1 1 1		1	1	
	IVINCULADAS	1	1 1 1		1	1	
	I	1	1 1 1		1	1	
6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	1	1 1 1		1	1	
	IRODAGEM - DER	1	1 1 1		1	1	
1179	IADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	1	1 1 1		1	1	
	- PARANA RURAL/BIRD - DER	1 4110.00101	111	1.517.280	108541		
		1 4110.00125	111	1.221.890	108541		
		TOTAL		2.739.170	1		

ACRESCIMO		ANEXO V		FL. 03		RS 1,00	
RECEITA CENT		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	IF	VALOR	IPROCI			
I	I	I					
1113.02.001	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	1 00	2.739.170	108541			
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	1		1			
	ITRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	1		1			
	ICOMUNICACAO	1		1			
		TOTAL		2.739.170	1		

REDUCAO		ANEXO VI		FL. 03		I
RECEITA CENT ANEXO				RS 1.00		I
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI	
11/21.01.01	I	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	I 01 I	1.517.280	I0854I	
I	I	IDOS ESTADOS	I I		I I	
I	I	IFEDERAL	I I		I I	
12211.09.00	I	IVENDA DE OUTRAS ACOES	I 25 I	1.221.890	I0854I	
TOTAL			I	2.739.170	I	

ADRESCIMO		ANEXO VII		FL. 04		I
DA RECEITA ANEXO				RS 1.00		I
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	JPROCI	
I	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I		I I	
I	I	IENTIDADES VINCULADAS	I I		I I	
I	I	I	I I		I I	
I	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I I		I I	
I	I	IDER	I I		I I	
12412.49.00	I	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I 00 I	2.739.170	I0854I	
TOTAL			I	2.739.170	I	

7,5m = 19

REDUCAO		ANEXO VIII		FL. 04		I
DA RECEITA ANEXO				RS 1.00		I
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI	
I	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I		I I	
I	I	IENTIDADES VINCULADAS	I I		I I	
I	I	I	I I		I I	
I	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I I		I I	
I	I	IDER	I I		I I	
12412.01.00	I	ICOTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	I 01 I	1.517.280	I0854I	
I	I	IDOS ESTADOS	I I		I I	
12412.25.09	I	IRECURSOS DE TRANSFERENCIAS DA VENDA DE	I 25 I	1.221.890	I0854I	
I	I	I OUTRAS ACOES	I I		I I	
TOTAL			I	2.739.170	I	

I SUPLEMENTACAO		A N E X O 1 X		FL. 05		RC 1.00	
I DAS OBRAS		ANEXO					
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	PROCT		
I 6000	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES -	I I				
I	I	IDENTIDADES VINCULADAS	I I				
I 6085	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	I I				
I	I	IDER	I I				
I 1179	I	IADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS -	I I				
I	I	IPARANA RURAL/BIRD - DER	I I				
I 0102	I	ITRECHOS A SEREM DEFINIDOS	I T I	61.778	10889		
I 0119	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	76.461	10889		
I	I	IMICRO-BACIA AGUA DOS ALVES/RIB.	I I				
I	I	IINTERVENTOR	I I				
I 0123	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	169.872	10888		
I	I	IMICRO-BACIA AGUA DO JURUBA	I I				
I 0124	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	48.575	10888		
I	I	IMICRO-BACIA DE TABOLETA	I I				
I 0125	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	33.661	10888		
I	I	IMICRO-BACIA DE RIO PINHALITO,	I I				
I	I	IMOD.ALEG.BAIXA E MOD.ALEG.ALTA	I I				
I 0126	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	132.939	10888		
I	I	IMICRO-BACIA A.MARINGA, QUEX.I E	I I				
I	I	IQUEX.II	I I				
I 0127	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	71.866	10888		
I	I	IMICRO-BACIA AGUA DA VARGINHA	I I				
I 0128	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	40.233	10888		
I	I	IMICRO-BACIA RIO CANTU	I I				
I 0129	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	52.766	10888		
I	I	IMICRO-BACIA RIO JACARE	I I				
I 0130	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	23.073	10888		
I	I	IMICRO-BACIA PORTO SANTANA - SAO	I I				
I	I	IPEDRO	I I				
I 0131	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	64.10	10888		
I	I	IMICRO-BACIA AGUA CENTENARIO	I I				
I 0132	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	10.00	10888		
I	I	IMICRO-BACIA CAMPESTRE	I I				
I 0133	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	37.790	10888		
I	I	IMICRO-BACIA SAO DOMINGOS	I I				
I 0134	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	78.333	10888		
I	I	IMICRO-BACIA RIO SAO JOAQUIM	I I				
I 0135	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	20.150	10888		
I	I	IMICRO-BACIA COROTE E GAVIAO	I I				
I 0136	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	40.279	10888		
I	I	IMICRO-BACIA RIBEIRAO DAS ANTAS I	I I				
I 0137	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	28.534	10888		
I	I	IMICRO-BACIA LUSTOSA CAPIVARA	I I				
I 0138	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	77.00	10888		
I	I	IMICRO-BACIA GUAMIRIM	I I				
I 0139	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	10.458	10888		
I	I	IMICRO-BACIA RIBEIRAO PINHALZINHO	I I				
I 0140	I	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA	I T I	80.00	10888		

CURITIBA, quarta, em 12.06.96.		Pag. 13	
0140	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA AGUA BRANCA	1	52.34710889
0142	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA TAQUARA	1	29.73110889
0143	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA AGUA BRANCA	1	52.34710889
0144	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA AGUA DA PARCELA	1	57.51710889
0145	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA AGUA CLARA	1	67.46010889
0146	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA VELLEIRO	1	80.36010889
0147	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO BANDEIRA	1	26.74010889
0148	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA AGUA DO BUNTE	1	47.24510889
0149	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA SANGA REAL E RIO GUACU	1	55.13510889
0150	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA CORREGO FAISCA	1	29.26010889
0151	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO AZUL, RIO CAMILO II, I	1	21.57210890
0152	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO ENCruzilhada	1	82.97710890
0153	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA PARQUE JOSE	1	68.34010890
0154	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0155	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0156	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0157	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0158	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0159	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0160	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0161	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0162	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0163	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0164	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0165	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0166	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0167	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0168	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0169	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890
0170	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA RIO PARQUE JOSE	1	68.34010890

LV

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO IX		FL. 07	
DAS OBRAS		ANEXO		RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
0163	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA GUACU III. LAJEADO GAVIÃO	1 1	59.299	108901	
0164	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA MARABA I	1 1	84.923	108901	
0165	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA CORREGO PALMITO	1 1	21.134	108901	
TOTAL		1 1	2.739.170	1	01

CANCELAMENTO		ANEXO X		FL. 07	
DAS OBRAS		ANEXO		RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - IDENTIDADES VINCULADAS	1 1		1	1
6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - IDER	1 1		1	1
1179	IADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS - IPARANA RURAL/BIRD - DER	1 1		1	1
0103	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA ACESSO A PR-471 DE SALTO DO LONTRA	1 1	67.580	108541	
0104	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NA IMICRO-BACIA DE PRUDENTOPOLIS	1 1	44.620	108541	
0105	IADEQUAR ESTRADAS NO MUNICIPIO DE ICONTENDA	1 1	17.440	108541	
0106	IADEQUAR ESTRADA MUNICIPAIS DAS IMICRO-BACIAS DO TAIUVA, MANTIQUEIRA E IARAGUARI EM ARAPONGAS	1 1	168.050	108541	
0107	IADEQUAR ESTRADAS DA MICRO-BACIA AGUA IDA ESCRITA EM ROSARIO DO IVAI	1 1	123.550	108541	
0108	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS NAS MICRO-BACIAS DE IRATI	1 1	63.220	108541	
0109	IADEQUAR ESTRADAS RURAIS NAS MICRO-BACIAS TRES SALTO, EUGENIO II, PASSO QUATRO E RIO CAMPINAS EM IONOPINZINHO	1 1	286.670	108541	
0110	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS DE IARMELERO	1 1		1	1
0111	IADEQUAR DE TRONCHÃO LINHA GIORDANO E LINHA BORLE DE CARONEL VIVIDA	1 1	20.430	108541	

CONTINUA

SANCIONAMENTO		ANEXO		FL. 00		RS 1,00	
DA		ANEXO		VALOR		IPROCI	
CODIGO	EMPRESA	EMPRESA	EMPRESA	VALOR	IPROCI	VALOR	IPROCI
0112	CONSERVAR LINHAS VICINAIS DE	1	1	1.192.000	108541		
	ILONDORINA						
0113	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS DO	1	1	125.350	108541		
	IDISTRITO DE BERNARDO EMRONDON						
0114	IADEQUAR A ESTRADA DA SECCAO BENEDITO	1	1	32.700	108541		
	LEM URAI						
0115	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS DE ALTO	1	1	67.580	108541		
	IPARANA						
0116	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS DE FLORA	1	1	67.580	108541		
0117	IADEQUAR ESTRADAS MUNICIPAIS DE INAJA	1	1	67.580	108541		
TOTAL				2.739.170	1		

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 176/96, do Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas - Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, encaminhando resultado das licitações efetivas pela SANEPAR no mês de abril/96, modalidade Tomada de Preços nºs 137/94, 128/95, 014, 035 e 041/96-DT. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 494/96, do Senhor Deni Lineu Schwartz - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Previsão Orçamentária para a pavimentação das rodovias Castro x Socavão e Castro x Abapã". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 180/96, do Senhor Fric Kerin - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral em exercício, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Recursos Financeiros enviados à Prefeitura Municipal de Curiúva". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob os nºs CTL/SEEG/ 108 a 138/96, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

003/96: de autoria do Deputado Florivaldo Fier que, declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos Filosóficos de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.393. Anote-se - Arquivo-se.

009/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excep-

cionais - APAE, com sede em Querência do Norte, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.394. Anote-se - Arquivo-se.

013/96: De autoria do Deputado João Techy Filho que, declara de Utilidade Pública o Comitê Social de Ajudas do Fundo Agrário de UUARC. INC. do Município de Prudentópolis, com sede e foro no próprio município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.395. Anote-se - Arquivo-se.

014/96: De autoria do Deputado Marquinhos Alves que, declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense dos Autistas - AMA, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.396. Anote-se - Arquivo-se.

019/96: De autoria do Deputado César Selene que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Guaíra, com sede e foro naquele município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.397. Anote-se - Arquivo-se.

020/96: De autoria do Deputado César Selene que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Braganey, com sede e foro naquele município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.398. Anote-se - Arquivo-se.

031/96: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Porteira dos Municípios, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.399. Anote-se - Arquivo-se.

063/96: De autoria do Deputado Jocelinto Canto que, concede o Título de Cidadão

Penemérito do Estado do Paraná, ao Doutor Moysés Goldstein Paciornik, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.400. **Anote-se - Arquivo-se.**

281/95: De autoria do Deputado Emerson Nerone que, declara de Utilidade Pública a APAF - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Lupionópolis, com sede e foro no município do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.401. **Anote-se - Arquivo-se.**

319/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Vila Leonice - ALFALU, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.402. **Anote-se - Arquivo-se.**

397/95: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que, declara de Utilidade Pública a Fraternidade Feminina Amor e Doação, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.403. **Anote-se - Arquivo-se.**

535/95: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan que, declara de Utilidade Pública a Associação João Paulo II, com sede e foro no Município de Santa Amélia / PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.404. **Anote-se - Arquivo-se.**

542/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.405. **Anote-se - Arquivo-se.**

543/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê, com sede e foro no Município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.406. **Anote-se - Arquivo-se.**

544/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a AMOP - Associação dos Moradores do Porto V, com sede e foro no Município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.407. **Anote-se - Arquivo-se.**

555/95: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan que, declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná - CISNOP, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.408. **Anote-se - Arquivo-se.**

030/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, concede o Título de Cidadão Be-

nemérito do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Roberto Werner Rocha, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.409. **Anote-se - Arquivo-se.**

560/95: De autoria do Deputado Florivaldo Fier que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil no Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.410. **Anote-se - Arquivo-se.**

559/95: de autoria do Deputado Florivaldo Fier que, declara de Utilidade Pública o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Sabará, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.411. **Anote-se - Arquivo-se.**

079/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Paróquia do Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro no Município de Curitiba - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.412. **Anote-se - Arquivo-se.**

172/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marilândia do Sul, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.413. **Anote-se - Arquivo-se.**

171/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.414. **Anote-se - Arquivo-se.**

123/96: de autoria do Deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública o Centro de Informática para Deficientes Visuais "Professor Hermann Gorgen", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.415. **Anote-se - Arquivo-se.**

095/96: de autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Graciosa, com sede no Distrito de Graciosa e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.416. **Anote-se - Arquivo-se.**

080/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação recanto da Criança Feliz, com sede e foro no Município de São João do

Ivaí - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.417. **Anote-se - Arquive-se.**

078/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Academia de Ciências Contábeis do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.418. **Anote-se - Arquive-se.**

075/96: De autoria do Deputado Antonio Pelinati que, declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro Educacional Renascer de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.419. **Anote-se - Arquive-se.**

046/96: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Formosa, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.420. **Anote-se - Arquive-se.**

044/96: De autoria do Deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana e Evangelização Padre Ladislau Maibuk - APHFLM, com sede e foro no Município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.421. **Anote-se - Arquive-se.**

029/96: de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Setor Itamarines, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.422. **Anote-se - Arquive-se.**

011/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro em Paraíso do Norte, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.423. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o n° CIL/SEFG/139/96, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver: **SANCIONADO** o Projeto de Lei n°:

018/96: De autoria do Deputado Edno Guimarães que, denomina Antonio Joaquim Pacagnan, o Viveiro Florestal Regional do Instituto Ambiental do Paraná, do Município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.424. **Anote-se - Arquive-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 164/96, que dispõe sobre o uso de faróis baixos durante o dia no território do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) IRINEU COLOMBO
EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente sessão ordinária (12/06/96).

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a concessão de tempo na sessão plenária de hoje, para que representante da comunidade científica, tecnológica e universitária se pronuncie sobre o Projeto de Lei n° 212/96, de iniciativa do Senhor Governador do Estado, que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual, que trata do financiamento da C&T.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) PERICLES MELLO

REQUERIMENTO N° 330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada a instalação de um telão no Plenário para projetar um vídeo sobre a Hanseníase, ilustrando o seu pronunciamento na tribuna desta Casa.

Além do que, solicita autorização para que o jornalista Ney Inácio, da Pede CNT possa falar por alguns minutos, sobre a produção e a edição do documentário.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) RENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pela morte do Senhor Romão Beer Carraco na Cidade de Uraí, Distrito de Cruzeiro do Norte, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de profundo pesar, à família do Senhor Assis Gabriel Pandeira, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 11 de junho.

Do aprovado, requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Assis Gabriel Bandeira, aos 76 anos, residente em Marmeleiro, deixa a Senhora Célia Pandeira, sete filhos, treze netos e dois bisnetos. Pai de Jairo Assis, vice-Prefeito de Marmeleiro.

O Senhor Assis, nasceu em 11 de outubro de 1919, em São Bento, Município de Carazinho - RS. Filho de Manoel Gabriel Bandeira e de Brígida Marques Bandeira. Chegou em Marmeleiro em 1951 e se estabeleceu na localidade de Rio Verde, hoje Município de Flor da Serra do Sul. Teve uma vida cheia de realizações, de muito trabalho, de pioneirismo, e de companheirismo.

Como administrador dedicou-se com obstinação à Empresa Perseverança Indústria e Comércio de Madeiras, obtendo sucesso financeiro e elevando o nome da empresa juntamente com o nome do Município de Marmeleiro. Como cidadão participou da Comissão Central de Emancipação do Município sancionado por Moisés Lupion, então Governador, em 25 de julho de 1960.

Como Prefeito buscou homens capazes e fiéis que o ajudaram a conduzir com perícia o patrimônio público, o que lhe valeu fama e renome, levando-o a assumir a Prefeitura por dois mandatos. Tomou posse pela primeira vez em 25 de novembro de 1961, sendo o primeiro Prefeito de Marmeleiro. Graças ao seu bom desempenho à frente da municipalidade, a sua liderança e desenvoltura, foi eleito Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP três gestões consecutivas.

Pessoa muito querida do Município de Marmeleiro, onde por sua conduta e dedicação, deixa o exemplo de pai, esposo e amigo, a todas àquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO N° 332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pelo transcurso de seus 104 anos de emancipação política.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo

Senhor Prefeito Municipal, Sadi Fazolo, ao vice-Prefeito Senhor Antonio Fermínio Carneiro, assim como a todos os Senhores Vereadores para que recebam e cumprimentem a população clevelandense em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira Cidade de Clevelândia estará, no próximo dia 28 de junho, comemorando seus 104 anos de emancipação política. Portanto, é um evento que marca além do seu registro histórico, um município renovado pela fibra de seu povo e de seus administradores de todos os tempos.

É com muita satisfação que constatamos que o Município de Clevelândia atravessa uma fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao despreendimento de sua população eminentemente trabalhadora que não mede esforços em prol da grandeza de seu município.

Com fé em Deus e confiança no trabalho de seus administradores e com a participação de toda a população, Clevelândia terá um futuro de paz, progresso e desenvolvimento caminhando a passos largos rumo ao objetivo maior, que é o de proporcionar cada vez mais melhores condições de vida ao seu povo. Pois, o trabalho conjunto, a união de forças, são o fator básico para as conquistas e benefícios alcançados. É dessa integração que surgem os grandes projetos, as grandes obras e as grandes realizações.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a comunidade clevelandense pela bravura com que enfrenta as dificuldades que, bem sabemos, são inúmeras, mas com muito trabalho e perseverança serão recompensados.

REQUERIMENTO N° 340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações às Faculdades Integradas da Sociedade Educacional Tuiuti, alusivos à realização do I Fórum Educação, Universidade e Sociedade, realizado nos dias 10 e 11 próximos passados.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Geral daquela instituição, Coronel Sydnei Lima Santos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marcelino Champagnat n° 505, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) OPLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. João Alberto Sautchuk, Engenheiro Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal D.N.E.R., no sentido de que sejam agilizados os estudos para a implantação de um trevo na intercessão da BR-101, na entrada para Garuva - Guaratuba.

Solicita outrossim, que em caráter de urgência sejam implantados redutores de velocidade e sinalização vertical e ou/horizontal que sirvam como orientação aos motoristas até a construção definitiva do referido trevo.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) ANTONIO ANNIRELLI

JUSTIFICATIVA:

A colocação de redutores de velocidade e sinalização serviriam como medida provisória para amenizar a situação atual até a construção de um trevo em caráter definitivo. A BR-376, está em fase final de duplicação no trecho do Paraná até a divisa com o Estado de Santa Catarina, dali em diante a BR-101 está causando um grande funil que vem se agravando dia a dia com o grande movimento de veículos.

A colocação de redutores de velocidade e ou sinalização com a posterior construção do trevo na entrada para Garuva - Guaratuba, evitará acidentes que vêm acontecendo em número elevado, inclusive com vítimas fatais e que se agravarão diariamente com o aumento do tráfego de veículos.

Devemos destacar ser a BR-376/BR-101, importante corredor de transporte da Região Sul do Brasil, uma vez que atende todo o tráfego rodoviário com origem e destino aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de ser a rota do MERCOSUL.

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Desidério Marafon, do Município de Ibema-PR.

Requer, ainda, que do teor do presente, seja dada ciência à família Marafon.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade de Ibema se encontra em estado de consternação pelo passamento do Senhor Desidério Marafon.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semeou junto à população, ao longo de

sua existência as sementes de uma vida digna e correta. Participou ativamente das lutas da comunidade. Foi sempre um homem humilde e companheiro.

Marido e pai exemplar, deixa uma família, que certamente saberá homenageá-lo também com uma conduta espelhada nos bons exemplos herdados desse que Deus chamou para o outro mundo.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Paraná cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Marafon, endereçando a ela, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, reiterando solicitação para a construção de uma quadra esportiva coberta no Colégio Estadual Prof. Hilda T. Kamal, em Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Adalberto Carlos Rigobelli, Diretor do Estabelecimento e Osvaldo Chinaglia, Presidente da APM (Av. Ipiranga, 4188 - CEP 87501-310 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta tem o objetivo de reiterar pleito já formulado a essa Pasta, para a construção de uma quadra esportiva coberta no Colégio Estadual Prof. Hilda T. Kamal, uma vez que as condições meteorológicas nem sempre são favoráveis à prática esportiva, quer seja nos dias de chuva ou no verão onde a temperatura chega a 40 °C, trazendo transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolverem suas aptidões físicas.

Neste sentido, para que esta situação não perdure é que solicitamos a liberação de recursos para a pretendida finalidade.

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção de um refeitório no Colégio Estadual Prof. Hilda T. Kamal, Ensino de 1º e 2º graus no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comuni-

gado ao Senhor Adalberto Carlos Rigobelli, Diretor do Estabelecimento e Osvaldo Chi-
maglia, Presidente da APM (Av. Ipiranga,
4188 - CEP 87501-310 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação tem o objetivo de atender às necessidades do colégio, no sentido proporcionar aos alunos um ambiente para as refeições em horário de merenda, local que ainda servirá para reuniões e festividades, além do que, evitará o desperfício de alimentação, sumiço de pratos, copos, talheres, e outros materiais.

A área de refeitório que a APM pretende construir é em pré-moldado com 180 metros quadrados (9x20mts.)

Diante dos fatos, solicitamos a colaboração dessa Pasta, viabilizando o pleito.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 252/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Professor Doutor Antônio Celso Nunes Nas-
sif.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A pessoa a quem pretendemos conceder o título de Cidadão Honorário é altamente merecedora de tal honra, face aos trabalhos desenvolvidos junto a comunidade.

Formou-se médico pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1958, a partir daí dedicou-se a uma carreira notadamente ativa, vindo a receber o título de Cidadão Honorário de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana.

Completo seu doutorado em Medicina e Otorrinolaringologia no ano de 1981, na Universidade Federal do Paraná.

Publicou artigos em jornais e revistas de várias Associações Médicas e em jornais da grande imprensa dos diversos estados do país, e de vários artigos médicos publicados em revistas médicas nacionais e estrangeiras.

Proferiu palestras e conferências em Congressos Médicos em todo o país.

Atualmente destaca-se como Presidente da Associação Médica Brasileira.

Diante do exposto, conto com o apoio-

mento dos nobres pares para a aprovação deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Pequeno Expediente.

Sobre a mesa há um requerimento do ilustre Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando este tempo na Sessão Plenária de hoje, para que representantes da Comunidade Científica, Tecnológica e Universitária, fale durante este Pequeno Expediente, sobre o Projeto de Lei nº 212/96, de iniciativa do Senhor Governador do Estado. Deferido.

Com a palavra a professora Graci Zanon.

A SRA. GRACI ZANCON - Senhores Deputados, boa tarde.

Gostaria em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de falar nesta Casa a respeito da regulamentação do Artigo 205 da Constituição Estadual preceitua que "o Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definida em lei".

Estou nesse momento representando essas comunidades. As comunidades ao longo desses 8 anos desde a promulgação da Constituição tem tentado regulamentar a lei. Encontra-se nesta Casa em votação, já foi votado em primeira votação o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar nº 106/95 assinada pelos Deputados Péricles Mello, Orlando Pessuti, Joel Coimbra, Eduardo Trevisan e Walmor Trentini.

Recentemente no dia 27 de maio entrou nesta Casa, enviado pelo Governador um outro documento Projeto de Lei nº 216/96.

Gostaria de deixar claro que a posição das comunidades para isso vou ler o que está sendo dito.

1. O projeto, no seu Artigo terceiro, viola o texto expresso do Artigo 205 da Constituição do Estado ao repassar um por cento do valor equivalente à receita tributária sob a forma de ativos (bens, ações e direitos com valor patrimonial).

2. Não explicita a representação paritária prevista na Constituição Estadual para o órgão gestor.

3. O projeto introduzirá uma estrutura burocrática e pesada, comprometendo um percentual excessivamente alto em atividades de custeio da estrutura administrativa.

4. Não contempla a inserção do setor

tecnológico de base econômica da economia do Estado do Paraná, qual seja o Setor Agropecuário e Agroindustrial, responsável por 42% do PIP paranaense.

O que as comunidades representadas no Artigo 205 dizem, é que o projeto não é bom, o que veio do Governo do Estado, mas que as comunidades estão dispostas a negociar e a discutir para encontrar uma forma que se dê, que se constitua a agência de fomento que o Estado precisa no financiamento da Ciência e Tecnologia.

Gostaria de dizer aos Senhores que os Estados do País todos estão implantando recursos nesta área e que o Governo Federal está negociando com as agências de fomento constituídas, ou seja, se o Paraná continuar órfão como está até agora não adianta ter um parque universitário, porque este parque universitário não vai crescer, não vai produzir e nem vai formar a mão-de-obra necessária que o Estado precisa para sua industrialização.

Portanto, continuamos lutando para ter uma agência de fomento que ultrapasse os governos e que possa ser um ponto de alavancagem, de uma estrutura econômica melhor e de uma condição de vida mais eficiente, dentro dos tempos modernos para a população paranaense.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Horário requerido pelo Deputado Penato Adur, para uma exposição a ser feita aqui em nosso Plenário.

Pela ordem, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só queria comunicar a Casa que estivemos agora há pouco reunidos com as cabeças pensantes da nossa área da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Deputado Péricles e evidentemente temos uma preocupação muito grande com relação a este projeto, foi uma luta desse Parlamentar, da vice-Governadora Emilia Relinati, e estamos tentando, evidentemente, melhorar, fazer as devidas correções que se fazem necessárias a essa mensagem.

Então, em consideração a presença, aqui, dos nossos professores, estamos viabilizando uma audiência na semana que vem com o Governador Jaime Lerner, com a Comissão, para depois então, já com um entendimento em relação a essa mensagem, a esse projeto, possamos tocá-lo para frente.

O Paraná não pode perder tempo na questão da Ciência e Tecnologia, já estamos pagando muito caro por essa situação que vem há longos anos, e é preciso que se faça isso o mais rápido possível.

Proponho-me, mais uma vez aqui publicamente como já o fiz minutos atrás, no

Gabinete da Liderança, em nos reunirmos semana que vem e tratarmos de achar um caminho, uma solução para tocarmos para frente esse projeto, que é o Artigo 205, que regulamenta o 205 da Constituição do Estado do Paraná. Essa é a satisfação que queria dar para esses técnicos, aos professores, a essas cabeças pensantes que muito contribuem para o progresso do Estado do Paraná e que, infelizmente estão aí também tentando colaborar e não encontram, ainda, eco neste sentido. E reconhecemos isso publicamente, e disse, sinto-me frustrado quando veio que o 205, ainda, não está regulamentado.

Mas, proponho-me, juntamente, com o Deputado Péricles, o Deputado Orlando Pessuti, com todos os demais companheiros que têm atuado nesta área, de encontrarmos o mais depressa possível a solução para regulamentarmos o Artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, Senhor Presidente.

O SR. PÉRICLES MELIO (Para Encaminhar) -

Queria também destacar o trabalho persistente e competente da Comissão de Cientistas, Professores, Servidores Públicos ligados às Áreas de Pesquisas, que já desde a semana passada estão aqui, na Assembleia, discutindo com profundidade a problemática da regulamentação do Artigo 205 da Constituição do Estado. Sabemos que são profissionais da mais alta qualidade e qualificação do nosso Estado e que conhecem com profundidade esse problema, já que há mais de 08 anos discutem o assunto.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pedimos desta Assembleia a maior atenção para esse trabalho. E agradecemos também o Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, que nos recebeu, adiou a votação do projeto que está em Regime de Urgência e nos promete uma reunião com o Governador do Estado para que possamos, finalmente, aprofundar a discussão e chegar a um consenso.

A Comunidade Científica é madura, apesar dela querer um outro tipo de projeto, que é o projeto assinado pelo Pessuti, por mim e por outros Deputados, ela não se recusa a negociar, propõe, inclusive, uma série de Emendas ao projeto do governo, temos certeza que chegaremos a um consenso para conseguir com a máxima urgência possível, resolver essa problemática. Já que desde a Constituição, é para ser resolvida e não foi até hoje, e o Paraná é um dos únicos Estados que não tem uma Fundação de Amparo à Pesquisa.

Então, mais uma vez nossos cumprimentos à Comunidade Científica do nosso Estado e ao Deputado Algaci Túlio por nos receber nesta tarde e propor a negociação com o governo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SP. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Inicialmente, queria me escusar com o Deputado Péricles e com os integrantes da Comunidade Científica, pela impossibilidade no período da manhã de termos comparecido a reunião, que foi programada para se discutir os caminhos para solucionarmos a questão da regulamentação do Artigo 205, da Constituição.

Em segundo lugar, quero cumprimentar o Deputado Algaci Túlio, porque efetivamente o Algaci Túlio, foi quem começou toda essa discussão aqui, na Assembléia Legislativa, isto já há alguns anos atrás, ao lado da Deputada Emília Pelinati. E se ele tem frustração de não ver esse Artigo, ainda regulamentado, também podemos dizer que temos a mesma frustração, porque depois de um amplo entendimento aqui, na Assembléia Legislativa, com concessões de ambos os lados com a participação efetiva na época do Secretário Adnail Sprenger Passos, a proposta aprovada pela unanimidade da Assembléia, infelizmente foi vetada naquela ocasião pelo Governador Roberto Requião.

Petomamos a discussão do assunto, conversando sempre com o Deputado Algaci Túlio, com a vice-Governadora Emília Pelinati, provocamos a discussão novamente desse assunto e a partir do reinício das discussões a presença do Deputado Péricles como Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, foi de fundamental importância pela maneira como ele vem conduzindo a discussão desse processo.

Então, realmente, quero cumprimentar o Deputado Péricles, a comunidade científica e tecnológica do Paraná, as nossas instituições de ensino superior e cumprimentar, principalmente, o Deputado Algaci Túlio, que pela sua manifestação e pela sua presença nessa região, demonstra mais uma vez que não abandonou o barco e não abandonou o seu compromisso de ver regulamentado o 205.

Torço, Deputado Algaci Túlio, que semana que vem, quando conversarmos com o Governador Jaime Lerner, nós possamos chegar a uma proposta, que represente o equilíbrio, do entendimento. É lógico que a pronosta resultante dessas reuniões, com certeza, não será aquela, que de repente as universidades, a iniciativa privada ou o Governo Estadual pretenda, mas talvez chegamos ao entendimento daquilo que seja possível e, aí, sim, em definitivo, possamos ver esse assunto resolvido.

Vamos fazer todo o esforço para que possamos, ainda, neste mês de junho, quem sabe, vermos este assunto equacionado, não só pela Assembléia, mas também pelo Governo do Estado na forma de uma lei sancionada e publicada no Diário Oficial.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SP. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na semana passada, nós utilizamos a tribuna desta Casa, para contestarmos os dados, que foram publicados, a nível nacional, da Organização Mundial de Saúde, onde o Brasil se encontra em 2º lugar, no mundo, no problema da doença do mal de "hansen", a hanseníase, ou mais propriamente, a lepra.

Nesse quadro de cento e quarenta e oito mil hansenianos, que tem no Brasil, segundo os dados da estatística da Organização Mundial de Saúde, o Paraná se enquadra com seis mil e oitocentos hansenianos, pelos dados que nós vimos.

Nós contestamos esses dados na semana passada e dissemos que o Estado do Paraná, com toda a certeza, tem um número bem superior de hansenianos, no nosso Estado. E fizemos, aqui, nesse Plenário, um requerimento a Sua Excelência, o Secretário da Saúde, para que ele nos fornecesse dados mais concretos do Estado do Paraná. Fizemos a denúncia. Inclusive, localizamos a região Centro do Estado do Paraná, região onde nós representamos, nesta Casa, como uma região com grandes focos dessa doença. Região de Pitanga, de Mato Pico, do Turvo, de Boaventura, de Cândido de Abreu. E a nossa denúncia, a nossa contestação foi ouvida nesta Casa.

Uma emissora de televisão, a CNT, através do repórter Ney Inácio e sua equipe, muito discretamente seguiram para a região e ficaram três dias e três noites, fazendo um trabalho de altíssimo nível profissional.

Senhoras e Senhores, ontem, fui quase pego de surpresa, quando assistia na televisão, em rede nacional, quase treze minutos de um documentário, em que a minha filha de nove anos não conseguiu dormir esta noite, pela tristeza do que foi apresentado.

Convidamos, hoje, o repórter Ney Inácio e sua equipe, para que viesse até aqui, nesta Casa, mostrar aquilo que eles viram, durante esses três dias no centro do Paraná.

Gostaria de convidar, agora, o repórter Ney Inácio, para que ele utilize dos microfones desta Casa, devidamente autorizado pelo nosso Presidente Luiz Carlos Zuk, a quem agradeço, para que possamos, todos juntos, avaliarmos. Antes disso, só gostaria de ressaltar que a Secretaria de Saúde tem encaminhado a região central do Paraná, aos municípios, os medicamentos solicitados.

Tem havido, na realidade, um certo descaso no atendimento às pessoas por

parte da municipalidade.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Só para os Senhores terem uma idéia, sou jornalista, sou radialista - e ontem ao ligar, tenho o hábito de assistir o SPT, a TV Cultura, o Jornal TJ Brasil, depois o Róris, depois a Record e a CNT.

E ontem o que vi na Rede CNT me deu ânsia de vômito, depressiu-me, a minha pressão abaixou, a minha senhora passou mal, teve um momento em que tive que colocar a mão para não ver a audácia de um repórter que prezo no Paraná - com todo o respeito a todos os jornalistas, considero o repórter Ney Inácio, deixo aqui um voto de louvor a CNT, onde trabalhei 20 anos da minha vida, deixo aqui um voto de louvor a esse jornalista corajoso, Ney Inácio, que é londrinense e que Londrina deu ao Brasil uma aula de jornalismo.

O que este moço apresentou ontem na televisão foi um filme de terror, foi um jornalismo abalisado, mas tinha que causar este impacto em mim, Deputado, causou impacto no Deputado Renato Adur que trouxe a denúncia a este Parlamento - sem desmerecer aquilo que a Secretaria da Saúde, como Vossa Excelência disse, já está tomando as devidas providências.

Mas o que me causou espanto ontem foi uma mulher com lepra, com o corpo espedaçado dizer ao repórter Ney Inácio, que para ela conseguir medicamento da Prefeitura ela precisava levar o seu título de eleitor, Deputado Algaci Túlio, isso é uma afronta, é uma vergonha, é canalhice, é coisa de político safado que não tem vergonha na cara. Para se ganhar um medicamento, como dizia o repórter Ney Inácio, há solução para o problema, o repórter Ney Inácio dizia que com dois medicamentos você poderia diminuir o sofrimento das pessoas que estão morrendo com lepra.

Agora, há necessidade de primeiro dizer aonde vota, como vota e em que candidato vai votar.

Parabenizo Vossa Excelência, Deputado Renato Adur, meu particular amigo, concordo com suas idéias, a denúncia é gravíssima, mas quero deixar um voto de aplauso ao jornalista Picardo Coti, quero deixar um voto de aplauso ao jornalista Ney Inácio porque ele foi corajoso - Senhores, ele pegava nas mãos dos leprosos, colocava a mão nos leprosos.

Trato de 12 crianças com câncer, digo isto porque estão cadastradas no meu gabinete 12 crianças com psiorise, e preciso sempre, todos os meses, fazer uma campanha, implorar a Brasília que me mande o Tigason, é uma caixa de medicamento que custa mais de 170 reais, para tratar dessas crianças. E quando vejo essas crianças no meu gabinete, entro em estado de de-

pressão, Deputado Renato Adur.

E ontem, ao ver o repórter Ney Inácio apresentar a sua denúncia, a denúncia que Vossa Excelência trouxe a esse Parlamento, realmente me deixou deprimido, chateado, eu não sabia aonde enfiar a "cara", depois de ouvir essa denúncia, senti vergonha de ver um leproso ter que dizer em quem vai votar, como vai votar para poder salvar a vida.

Deixo aqui um voto de aplauso a Vossa Excelência, porque sou repórter, dou a minha cara para bater na televisão, e dou a minha cara para bater neste Parlamento. Deixo aqui o meu voto de aplauso à CNT, ao jornalista Picardo Coti, e a este moço repórter jornalista de gabarito, que teve a coragem, a audácia, de mostrar mais uma vergonha, mais um descabro à Nação brasileira.

Meus parabéns!

O SR. RENATO ADUR - Muito obrigado, Deputado. Exatamente isso.

A questão das denúncias da Prefeitura, vínhamos fazendo essas denúncias, vínhamos recebendo essas denúncias, mas não tínhamos a comprovação. Porque na hora em que chegávamos para um cidadão e pedíamos para ele testemunhar, ele ficava com medo de não receber mais medicamentos na Prefeitura e se omitia do depoimento ou de assumir a denúncia.

O jornalista Nei e o Picardo foram muito felizes, porque eles não só pegaram o áudio, mas pegaram o vídeo, a gravação, a denúncia estampada de alguém que assumiu esta questão do descaso da Prefeitura Municipal com os doentes da nossa cidade.

Então até me sinto aliviado, quando vejo que uma emissora de televisão com altíssimo profissionalismo, ela por si só foi ver a questão do departamento de saúde da Prefeitura Municipal. Não queria fazer a denúncia leviana na questão da Prefeitura, mas a justiça acaba vindo, mesmo que seja por linhas tortas.

Então, passo a palavra agora ao jornalista Nei, que acho que as imagens dizem mais que as nossas palavras.

O SR. NEI - Só queria deixar uma coisa bem clara aqui, que isso que vamos mostrar nas reportagens é só um pedaço da situação, é só uma amostra. Esse nº de 8 mil, 7 mil, portadores da doença, é um nº que não dá para confiar muito, porque muitas pessoas nem sequer são cadastradas como portadoras da doença. Só que o que vimos é o seguinte: no meio da mata, fora o que mostramos aqui, tem muita gente que foge do preconceito mata adentro. E a região é muito grande. Então, para você entrar mais a fundo ainda, é muito difícil. Vamos voltar para poder mostrar mais pes-

soas nessa situação.

Então, o que vamos mostrar aqui, é que a coisa é muito pior do que a gente pensa. Tinham pessoas que não tinham interesse nenhum que mostrássemos a realidade. Quando chegamos lá, inclusive teve pessoas que nos ameaçaram dizendo: - "você não vão fazer essa matéria, porque não vai sair no ar". E a denúncia mais grave é de quando essa matéria for ao ar, o Prefeito, que nem sei qual é o nome do Prefeito, ele desliga a repetidora e ninguém vê o que acontece na cidade.

Com relação à venda de medicamentos, o nome das pessoas que estariam comprando medicamentos pelos votos, muitas pessoas que estariam comprando esses votos eu omiti na matéria, para preservar a imagem dessa senhora, porque ela me disse: "se eu disser o nome da pessoa que vende o voto aqui, amanhã vai sobrar para mim". Ela disse textualmente para mim. Ela é mãe, é leprosa.

Então, antes de a gente continuar, vamos dar uma olhada no vídeo, porque vale mais do que o que posso falar aqui.

(Apresentação do vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por causa da falha técnica, o vídeo será executado no final da sessão. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Godoy Moreira - ADECOM, com sede e foro no Município de São João do Ivaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 71, de 28.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 219/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Godoy Moreira - ADECOM, com sede no Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente em exercício

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Pelator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Tommaso Mambrini. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 70, de 27.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 216/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti visa conceder título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Tommaso Mambrini.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente em exercício

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 237/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/96, que altera a Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, com as modificações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 18, de 29 de dezembro de 1983, de 30 de março de 1987 e 45, de 24 de maio de 1989, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 79, de 05.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 237/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Complementar n° 01/72 que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, órgão integrante da Secretaria de Estado da Fazenda.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental da referida matéria, manifestamos favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 237/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental n° 052/96, tem por finalidade, alterar dispositivos da Lei Complementar n° 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, órgão integrante da Secretaria de Estado da Fazenda.

A matéria recebeu parecer favorável, sob a análise anterior, da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, opinando também, pelo parecer favorável à aprovação do referido projeto de lei complementar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANO GOMES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/96, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28/12/95, no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais), conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 27.05.96, Mens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 211/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 046/96), tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais) vigente ao orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DEP, visando atender o Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Outrossim, servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 211/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 046/96, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DEP, visando atender o Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

Constatamos, já existir o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, conforme o art. 33, § 3° do Regimento Interno, não encontramos nada que venha a obstaculizar sua normal tramitação.

Notamos ainda, que servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Desta forma, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILITINHO PUPPIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 045/96, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28/12/95, no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 27.05.96, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 210/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 045/96), tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões e

trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, visando possibilitar a execução de obras no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Outrossim, servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 210/96

P A P E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 045/96, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, visando possibilitar a execução de obras no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

Sobre a matéria, constatamos já existir o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o que determina o art. 33, § 3° do Regimento Interno, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Por outro lado, convém salientar que servirá como recurso para cobertura do crédito mencionado, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Isto posto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 105/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que inclui na merenda escolar derivados da mandioca. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. F.C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 32, de 22.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 105/96

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Ac-

corsi, o projeto de lei em epígrafe visa incluir na merenda escolar derivados de mandioca.

Sem dúvida, a inclusão de derivados de mandioca, por ser ótima fonte de energia e de custo baixo, além do que, sendo o Estado do Paraná um grande produtor, a proposição do nobre Parlamentar atende inclusive, aos ditames nutricionais tão necessários às crianças nesta fase importante do desenvolvimento físico e intelectual.

Assim, nos limites desta Comissão, somos favoráveis à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI N° 105/96

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade incluir na merenda escolar, derivados da mandioca.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo já recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Educação, nada encontramos que possa impedir o seu trâmite normal por esta Casa de Leis, uma vez que trata-se de um produto de preço baixo, com alto teor energético, contribuindo até para a diminuição da taxa de desnutrição em nossas crianças.

Somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.96.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 049/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 13, de 11.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 049/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 049/96 colocado em tela, autorizando o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes, de iniciativa do nobre Deputado Eduardo Trevisan vem reparar uma das mais graves injustiças contra a mulher naquele município. A Delegacia da Mulher, quando instalada se transformará num eficaz instrumento de combate à violência contra as mulheres que hoje ainda se sentem constrangidas em re-

gistrar as queixas na delegacia tradicional.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 049/96

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, não encontrou nada que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) DURVAL AMAPAL - Presidente

DULIO GENAFI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 049/96

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes.

O mencionado projeto já analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, tendo recebido parecer favorável de ambas comissões.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, nada encontramos que possa prejudicar a sua normal tramitação por esta Casa de Leis, uma vez que a referida delegacia, se instalada, será uma forma eficiente de combater a violência contra a mulher.

Somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, denomina de Rodovia do Calcário, a Rodovia Anel Metropolitano Interno, que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 123/95, de 26.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 375/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 375/95, de autoria do eminente Deputado Anibal Khury, visa denominar de Rodovia do Calcário, a Rodovia Anel Metropolitano Interno, que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo.

Ao analisar o projeto de lei em epígrafe, achamos tratar-se de justa reivindicação. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, no aspecto de técnica legislativa e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbices para a sua tramitação normal.

Somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÃO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 375/95

P A R E C E R:

O projeto do nobre Deputado, que quer denominar a rodovia que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo, como Rodovia do Calcário, trata-se de uma solicitação que nos parece justa, e nada tendo que obste ao solicitado, somos de parecer favorável à tramitação normal dentro desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.95.

(aa) GERALDO CARTÃO - Presidente

MILITINHO PUPPIO - Relator

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/95 de autoria do Deputado Walmor Trentini que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar no Município de Paranavaí, a primeira Delegacia da Mulher. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 113/95, de 12.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 359/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão é meramente autorizatório e sob o aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

TOTI COLAÇO
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 359/95

P A P E C E P:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Walmor Trentini visa autorizar a Secretaria de Estado da Segurança Pública a Edificar, no Município de Paranavaí, a 1ª Delegacia da Mulher.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, posicionou-se de forma favorável à proposta.

Esta Comissão, após análise da matéria em tela, conclui que a referida proposta é de acentuada importância para a segurança da população envolvida, e por tratar-se de matéria autorizatória, posiciona-se de forma favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
OFLANDO PESSUTI
Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 359/95

P A P E C E P:

De autoria do Deputado Walmor Trentini, o Projeto de Lei n° 359/95, tem por finalidade autorizar à Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar no Município de Paranavaí, a primeira Delegacia da Mulher.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo ser de grande interesse social, opinamos favoravelmente.

o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) PICARDO CHAB
Presidente
CARLOS SIMÕES
Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 321, de autoria do Sr. Deputado Doutor Fosinha, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O DP. FOSINHA (Para Encaminhar) - Em acordo com a liderança do governo essa documentação será fornecida na semana que vem e portanto sem a necessária aprovação

do requerimento, solicito a sua retirada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Retirado pelo autor, conseqüentemente o acordo aprovado e harmonizado entre as partes.

Requerimento n° 330, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Deferido.

Requerimentos n°s. 332 e 333, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 334, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 335, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 336, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 338 e 339, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 340, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 342, de autoria do Srs. Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 237/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 512 e 551/95, 110, 141, 203 e 241/96.

Marca ainda uma Sessão Solene a ser realizada, às quinze horas de amanhã, concedendo o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sérgio Silbel Soares Feis.

Levanta-se a sessão.